



PREFEITURA DE

Sirinhaém

COM A FORÇA DA NOSSA GENTE

Rua Sebastião Chaves, 432 - Centro

Sirinhaém/PE - CEP 55580-000

CNPJ: 10.292.209/0001-20

Fone: (81) 3577.1188 / Fax: (81) 3577.1204

E-mail: pmsfinan@allbynet.com.br

LEI Nº 1.114/2005

EMENTA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial para obras de Infra-Estrutura na orla marítima do Município do Sirinhaém e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SIRINHAÉM-PE., no uso de suas Atribuições legais, conferidas pelas disposições da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, faço saber que o Plenário aprovou e Eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluído no Plano Plurianual do Município Obras de Infra-Estrutura na orla marítima do Município do Sirinhaém a ser instituído no âmbito da secretaria de Infra-Estrutura.

Art. 2º - Para fazer face, no presente exercício e exercício seguinte a alocação de recursos ao programa instituído pela presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município, em favor da Secretaria de Infra-Estrutura crédito especial no valor de R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais), para aplicação conforme o seguinte demonstrativo.

02.09 - Secretaria de Infra-Estrutura

154513231-139 - Obras de Infra-Estrutura na orla marítima

4490.51 - Obras e Instalações..... R\$ 1.600.000,00

T O T A L - R\$ 1.600.000,00

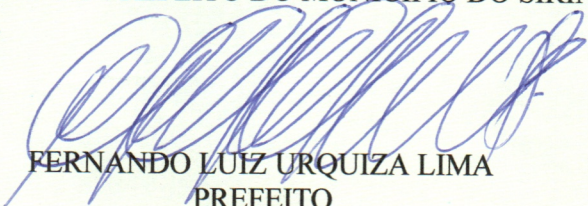
Art. 3º - Os recursos necessários a cobertura do crédito especial de que trata o artigo serão provenientes do convênio firmado com o Governo Federal através da CEF e OGU com este fim especificado.

Art. 4º - O crédito de que trata o artigo 2º correrá por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

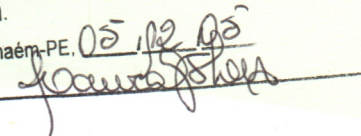
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SIRINHAÉM, em
05 de dezembro de 2005.


FERNANDO LUIZ URQUIZA LIMA
PREFEITO

Certidão

Certifico que a presente Lei
foi publicada no quadro de Aviso desta Prefeitura e da
Câmara de Vereadores, na forma prescrita no Art. 130 da
Lei Orgânica Municipal e Art. 97. I, "b", da Constituição
Estadual.

Sirinhaém-PE, 05.12.05



1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the financial system and for the ability to detect and prevent fraud.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping, including the need to maintain original documents and to keep copies of all records for a minimum of seven years. It also discusses the importance of ensuring that records are accessible and retrievable at all times.

3. The third part of the document discusses the role of the auditor in verifying the accuracy of the records. It emphasizes that the auditor must exercise due diligence in reviewing the records and must report any discrepancies or irregularities to the appropriate authorities.

4. The fourth part of the document discusses the consequences of failing to maintain accurate records. It notes that failure to comply with the requirements may result in the imposition of penalties, including fines and imprisonment, and may also result in the loss of the company's license to operate.

5. The fifth part of the document discusses the importance of training and education for all personnel involved in the record-keeping process. It emphasizes that all personnel must be aware of their responsibilities and must receive appropriate training and education to ensure that they are able to perform their duties effectively and efficiently.

6. The sixth part of the document discusses the importance of regular audits and reviews of the record-keeping system. It emphasizes that regular audits and reviews are essential for ensuring that the system is operating effectively and efficiently and for identifying any areas for improvement.

7. The seventh part of the document discusses the importance of maintaining the confidentiality of the records. It emphasizes that all records must be kept secure and that access to the records must be restricted to authorized personnel only.

8. The eighth part of the document discusses the importance of maintaining the integrity of the records. It emphasizes that all records must be kept accurate and that any changes to the records must be properly documented and justified.

9. The ninth part of the document discusses the importance of maintaining the availability of the records. It emphasizes that all records must be accessible and retrievable at all times and that any loss or destruction of records must be reported immediately to the appropriate authorities.

10. The tenth part of the document discusses the importance of maintaining the security of the records. It emphasizes that all records must be protected from unauthorized access, use, or disclosure and that appropriate security measures must be implemented to ensure the safety of the records.